

REPRESENTAÇÕES GEOGRÁFICAS DA IDENTIDADE NACIONAL: O CASO NORTE-AMERICANO

Lucia Lippi Oliveira

RESUMO. O presente artigo relaciona a imagem da conquista do Oeste com a construção da identidade nacional nos Estados Unidos. A conquista de novos espaços territoriais, ocorrida durante o século XIX, foi narrada sob a forma de uma versão mítica do processo histórico. Apresenta diferentes linhagens de autores que analisam e criticam o tema da fronteira; mostra como fronteira, Oeste ou natureza estão presentes na interpretação do significado da criação dos parques nacionais na América. Por fim, indica como o espaço geográfico reaparece hoje no momento em que a globalização e o desenraizamento estão questionando a relação natural entre nação e território.

Analisar identidade nacional correlacionada à questão das representações geográficas levou-me a estudar o tema da fronteira no universo cultural norte-americano e me anima a realizar no futuro sua comparação com o caso brasileiro¹. A amplitude do tema, a penetração e difusão da imagem do Oeste na cultura americana me obrigaram a demarcações mais precisas, e passei a pesquisar a narrativa de um importante historiador, Frederick Jackson Turner, sobre o significado da fronteira na história norte-americana. Seu ensaio com este título foi apresentado na reunião da American Historical Association que se realizou em Chicago em conjugação com a World's Columbian Exposition, comemorativa do quarto centenário da descoberta da América, em julho de 1893 (Oliveira, 1995).

Lucia Lippi Oliveira é pesquisadora do CPDoc/FGV.

Este texto foi escrito como parte da pesquisa comparativa, sobre o tema da fronteira, entre o Brasil e os Estados Unidos, para a qual recebi bolsa de pós-doutorado da Capes/Fulbright, que me permitiu permanecer na Universidade de Brown no ano acadêmico de 1993-1994.

Narrativas fundadoras, como esta de Turner, estabelecem liames entre passado, presente e futuro. Ao falar do passado, ela lança mão de fatos, eventos aceitos como conhecimento histórico. Ao mesmo tempo, este passado não é uma estória acabada, ele é relido e reinterpretado segundo as questões do tempo próprio do historiador que está narrando.

O final do século XIX corresponde a uma época em que a história se pretendeu “científica” e procurou desvincular-se da literatura, marcada pela subjetividade. A história queria valorizar a objetividade e, neste sentido, se desvincular da filosofia, já que esta envolveria julgamentos valorativos. A história desejava recuperar os “fatos tais como aconteceram”, e para tanto voltava-se para a pesquisa de fontes primárias e para o exame crítico dos testemunhos.

Este processo de luta pela separação, pela diferenciação, caracterizou a constituição dos espaços disciplinares e tornou-se a prova da modernidade a partir de meados do século XIX. Ratzel, no campo da geografia, Ranke, no campo da história, Comte, na sociologia, são alguns dos nomes que marcaram a luta pela demarcação dos campos disciplinares (Lepenies, 1988).

O texto de Turner, *The Significance of the Frontier in American History*, não tem sentido estável, universal, congelado. Ele envolve uma negociação entre o que está sendo dito e a sua recepção. Há regras, convenções, hierarquias da produção, assim como códigos de recepção a serem decifrados. A narrativa histórica fundadora da nacionalidade, como esta de Turner, está marcada por seu tempo e espaço: os Estados Unidos do final do século XIX. Nela Turner não se refere somente ao Oeste, mas a toda a história americana. A persistência desse grande modelo explicativo, apesar de toda a crítica a que já foi submetido, é por si só uma demonstração do seu poder como expressão do mito, dos sentimentos e dos valores de muitos americanos em relação à experiência nacional.

Pretender analisar o tema da fronteira na historiografia norte-americana e relacioná-lo com a construção da identidade nacional parece ser um assunto distante do cotidiano e da corrente principal da historiografia contemporânea nos Estados Unidos, ocupada com temas do multiculturalismo e estudos de gênero. Entretanto, a imensa bibliografia que continua sendo produzida (composta por livros, teses, artigos) sobre a fronteira e a versão de Turner parece mostrar a força e a persistência do tema.

Parte significativa das obras mais recentes sobre o assunto é produzida por historiadores ligados a universidades situadas em regiões do Oeste.

Editoras universitárias dessas regiões reeditam Turner e Ray Allen Billington, discípulo de Turner, considerados os pais fundadores da história regional, e publicam revistas diretamente vinculadas, como *The Western Historical Quarterly*, *Pacific Historical Quarterly*, *Mississippi Valley Historical Quarterly*.

A recuperação do tema da fronteira tem acontecido pelo lado de historiadores preocupados com questões ecológicas, ou melhor, ligados ao que se chama de história ambiental (Malone, 1989). Um dos autores que se têm destacado nesta vertente de reinterpretar história regional e história ambiental é Donald Worster. Ele procura definir oeste como região em oposição a oeste como fronteira. E esta região situada a oeste do Mississípi teria uma história marcada pela escassez de recursos naturais em oposição a outras regiões marcadas pela abundância (Worster, 1987). Por outro lado, Patricia Limerick (1987) sugere que fronteira seja tomada como processo, e oeste como lugar. Desta maneira, a história do Oeste ganharia outra feição, escapando da face mitológica que ganhou nas telas de Hollywood.

Por fim, o tema da fronteira tem sido analisado e reinterpretado por professores e intelectuais ligados à área de estudos americanos e/ou aos departamentos de inglês de diferentes universidades norte-americanas. Nesta linhagem pode-se citar Henry Nash Smith (*Virgin Land*, 1950), Leo Marx (*The Machine in the Garden*, 1964) e Richard Slotkin, com sua trilogia (*Regeneration Through Violence*, 1973, *The Fatal Environment*, 1985, e *Gunfighter Nation*, 1992). Henry Nash Smith e Richard Slotkin são autores que procuraram entender as relações entre cultura e sociedade e compõem um grupo no qual pode ser incluído Sacvan Bercovitch, com seu famoso texto *The American Jeremiad* (1978), assim como Alan Trachtenberg e seu *The Incorporation of America* (1994).

Parece que os autores dedicados ao estudo da literatura têm mais êxito ao descrever e analisar mitos nacionais, talvez por lidarem com o universo de romancistas e poetas. Este treinamento também os capacita a tratar a própria produção historiográfica, tão imbuída dos mitos nacionais.

Lidar com a fronteira é lidar com um tema-mito da história norte-americana. Nele estão imbricadas questões relativas à democracia *versus* aristocracia e à natureza ou barbárie *versus* civilização. Fronteira é um tipo particular de espaço simbólico, ideológico e material. Representa a primeira onda de modernidade a quebrar na terra intocada e é caracterizada como selvagem, primitiva, não-regulada. Como se encontra à margem do poder do Estado, ela cria sua própria lei e (des)ordem (Watts, 1992: 116-7).

Ideologicamente a fronteira passa a representar o local onde se encontra, onde se desenvolve o mais típico, o mais primitivo da identidade nacional, já que seus habitantes não tiveram ainda contatos com outros povos. Neste sentido, a fronteira e o Oeste possuem um poder mitológico fundamental.

Um exemplo de como fronteira, oeste ou natureza encontram-se imbricados com questões da democracia pode ser observado na versão de Roderick Nash (1970) sobre a criação dos parques nacionais nos Estados Unidos. Para este autor, esta foi uma invenção americana. O estabelecimento do Parque Nacional de Yellowstone em 1.º de março de 1872 foi a primeira experiência de preservação da natureza em larga escala para o interesse público. Quatro fatores tornaram possível esta invenção: o primeiro tem a ver com a experiência “única” dos Estados Unidos com a natureza em geral e com a *wilderness* em particular. Sem a existência de uma ideologia democrática, o segundo fator, a idéia de parque nacional seria inconcebível. A terceira força foi a existência de quantidades razoáveis de terras não utilizadas no momento em que os dois primeiros fatores se combinaram produzindo o desejo da sua proteção. Por fim, a afluência de riqueza permitiu o luxo de preservar a natureza como valor não-utilizável (p. 727).

Antes da invenção americana dos parques nacionais, a palavra parque era sinônimo de jardim e envolvia a idéia de controle, de domínio, de domesticação da natureza para usufruto do homem. Esta idéia apresenta-se sob a forma de pastoral e se opõe ao espaço natural selvagem que amedronta o homem “civilizado”. Os colonos, nos tempos iniciais da América, obviamente não tinham a preocupação de preservar a natureza. Esta deveria ser vencida, até por questão de sobrevivência, e representava o caos a ser cristianizado e civilizado.

A compreensão de que a América era diferente da matriz ou matrizes européias envolveu mais tarde a construção ideológica na qual a *wilderness* assumiu parte essencial da identidade americana.

Em meados do século XIX, desenvolve-se e espalha-se a crença de que a natureza se opõe à civilização e que a virtude e a dignidade estão do lado da natureza. O romantismo e as idéias do transcendentalismo norte-americano juntaram-se para produzir um movimento de defesa da natureza que estava se deteriorando rapidamente. Artistas e intelectuais se unem para representar a natureza, para realizar campanhas de defesa, de resistência contra a civilização que ameaçava o sublime isolamento e que fazia a América se tornar semelhante à Europa, o que era considerado altamente indesejável.

Ao mesmo tempo, a “civilização” (seja lá o que isto signifique) já chegara ao Ohio Valley, atravessara o Mississípi e atingia a Califórnia. Ia rápido e com voracidade, destruindo a natureza primitiva. Definir a riqueza e a personalidade da América como natureza que se opõe à cidade coloca problemas irreconciliáveis. A identificação entre a nação e a natureza acaba por se reificar em alguns acidentes geográficos: quedas do Niágara, o Mississípi, as pradarias, por exemplo. Paralelamente acontecia o esforço para ligar a natureza à Bíblia, já que a natureza não é obra do homem e sim de Deus. A cristianização da natureza se faz presente nos hinos evangélicos, assim como nos hinos patrióticos. Esta natureza, que representava a voz de Deus, e que garantia a diferença da América frente ao mundo europeu, é que estaria se perdendo à medida que avançava a civilização (Miller, 1955).

Henry David Thoreau, figura central do transcendentalismo, e Thomas Cole, intérprete mestre da paisagem americana, estão entre as principais figuras que participam deste processo que resulta no orgulho dos americanos em serem pioneiros e na crença de que foi a *wilderness* que tornou possível o seu pioneirismo. Thomas Cole pintou cinco telas gigantes intituladas *The Course of Empire*. A primeira mostra o estágio rude, bárbaro do homem; a segunda simboliza uma cena da concepção pastoral com a qual a América se identifica. Na terceira aparece uma civilização, e só no topo da montanha a natureza ainda persiste; na quarta os bárbaros dominam a cidade com tumulto, fogo e pilhagem. Na quinta, todos os seres humanos foram extintos, os templos estão em ruínas, mas a montanha permanece fixa, serena, frente ao panorama de total destruição (Miller, 1955: 250). Estas telas foram expostas em vários locais em meados do século XIX e fizeram a consagração do pintor como intérprete máximo do espaço e da paisagem americanos.

Uma questão importante a ser notada é que a apreciação da paisagem, da natureza, da *wilderness*, aumenta na medida em que se percebe a ameaça do seu fim iminente. O processo de destruição rápida também produz a apreciação e a luta pela preservação. A idéia de criação de parques nacionais, lançada em 1832 e tornada realidade quarenta anos depois, é preservar áreas não para jardim, mas como natureza selvagem. Naturezas selvagens, assim como jardins, tinham uma longa história, mas eram sempre áreas reservadas para a caça ou outro divertimento de uso privado do rei e/ou da aristocracia. Segundo Roderick Nash, o que marca a questão dos parques nacionais nos Estados Unidos é que eles foram criados como pertencentes ao domínio público. A prática de áreas comuns, é preciso lembrar, existia antes como forma de reação ao monopólio feudal e ao sistema de *enclosure* europeu.

A idéia de propriedade e uso comuns se fez presente na América, por exemplo, na criação do Boston Common, em 1634.

A existência da *wilderness* nos Estados Unidos e a época da sua colonização, foram fatores importantes, assim como o padrão de ocupação do território, de leste para oeste. Foi este padrão, segundo Nash, que permitiu que a parte onde a civilização já estava estabelecida desenvolvesse o entusiasmo pela *wilderness* e encontrasse áreas não desenvolvidas para preservar. O autor expressa com perfeição a relação entre democracia e natureza.

Fronteira, Oeste, *wilderness* significaram a possibilidade de democracia e a realização do “homem comum” longe e livre dos constrangimentos do espaço europeu. No final do século XIX, já estava configurada a crença de ser o Oeste, dos Apalaches ao Pacífico, o mais rico presente jamais distribuído ao homem civilizado. Deste presente derivaria tudo o que a América tem de distinto em sua história: instituições democráticas, unidade nacional, vigorosa independência e individualismo. Mas este presente, como diz Trachtenberg (1994), teve que ser desembrulhado à força.

É surpreendente a pouca atenção dedicada a questões de espaço, embora tópicos como localização e deslocamento de grupos estejam presentes e sejam relacionados a identidades. Lida-se com sociedades, nações, culturas, como se elas ocupassem naturalmente espaços. Torna-se senso comum a associação, por exemplo, da cultura (a cultura americana) com o povo (os americanos) e com o lugar (os Estados Unidos da América) [Gupta & Ferguson, 1992]. A associação entre lugar e povo é tão forte que se desconhece o papel central desempenhado pelo nacionalismo tornando natural a ligação entre lugares e povos.

Vamos explorar como esta relação, hoje natural, entre povo e espaço se constituiu na América e como o espaço se tornou um lugar, os Estados Unidos da América.

“Os Estados Unidos da América foram um experimento geopolítico”, diz Meinig (1993, p. 461). A confederação inicial foi uma aliança incerta, e o país era uma vasta área a ser colonizada, o que envolvia a formação de novos estados a serem incorporados à União. Durante o século XIX uma questão geopolítica foi fundamental: como manter e/ou restabelecer o equilíbrio entre o Norte e o Sul, ou seja, entre estados escravistas e não-escravistas. Cada nova incorporação de espaço (seja território ou república independente) à União implicou complicado e acalorado debate no Congresso e envolveu questões de legislação eleitoral, já que alterava o número e a

distribuição regional de cadeiras no Congresso e no Colégio Eleitoral, afetando o equilíbrio anterior.

Do ponto de vista ideológico, a expansão territorial americana foi sempre interpretada como autopreservação. Esta expansão foi feita de diferentes modos e envolveu tanto interesses governamentais quanto privados.

Durante todo o século XIX, os Estados Unidos tiveram problemas de fronteira com a França, a Espanha e a Inglaterra. Parte da Louisiana era considerada fundamental à segurança e prosperidade norte-americanas. Neste caso aconteceu o exemplo mais notável de expansão sem conquista, com a compra deste imenso território da França pelo governo Jefferson. Napoleão supunha que o acesso a este território fortaleceria o poder dos Estados Unidos, poder este capaz de humilhar a tradicional rival, a Inglaterra.

A incorporação desse espaço territorial (1803) envolveu questões constitucionais e políticas relevantes, tais como: necessidade ou não de emenda constitucional para ratificar o tratado; necessidade ou não de obter o consentimento dos habitantes. Teriam os habitantes do novo território imediatamente os mesmos direitos dos cidadãos americanos, mesmo com língua, costumes e cultura diferentes? Estas questões foram sendo resolvidas legalmente ao mesmo tempo em que acontecia uma rápida imigração de americanos para o novo território da Louisiana e a proibição de “ampliar a legalidade territorial” da escravidão.

Situação diferente acontece em parte da Flórida (objeto de litígio entre a França e a Espanha), para onde colonos americanos se mudam, onde ocupam o território, proclamam a República e depois pedem a incorporação à União.

A expansão do século XIX está sempre envolvendo a manutenção do equilíbrio da federação, e o controle sobre a admissão de novos estados foi central. Questões relativas a transporte e comunicações foram também fundamentais na medida em que o país era um teste histórico à tese de que a República só seria viável para pequenos territórios e populações reduzidas. Meinig (1993) distingue as seguintes formas de expansão:

1. Compra de novos territórios, gerando documento que legitima a aquisição. Segundo este autor, os tratados com os indígenas estão nesta categoria, além da aquisição da Louisiana (1803) e do Alasca (1867);
2. Áreas em litígio entre as potências mundiais, que são acrescentadas por compromissos diplomáticos resultantes de acordos de reivindicações;
3. Conquista militar e anexação. Algumas ações tiveram êxito, como o caso da guerra com o México, que resultou na incorporação do Novo

México, Califórnia e a parte leste da Flórida. Outras ações falharam, como foi o caso da invasão do alto Canadá;

4. Protetorado militar e eventual anexação. Principalmente após a presença militar no México, quando existiu a alternativa de impor protetorado sobre outras partes do México; parte oeste da Flórida; Havaí e Cuba.

5. Pirataria: leste e oeste da Flórida;

6. Anexação por solicitação do Estado ou da população: Havaí;

7. Colonização e secessão. A idéia de que colonos americanos se tornam a população majoritária, se separam, tornam-se independentes e pedem o ingresso na federação americana é a versão oficial da expansão territorial dos Estados Unidos. O grande exemplo desta categoria é o caso do Texas, fonte histórica da versão oficial.

Ainda segundo Meinig, os casos concretos muitas vezes envolveram múltiplos tipos, mas podem ser agrupados em duas categorias: compra, ou alguma forma de ação violenta como invasão militar, pirataria, revolta (Divine, 1992).

A imagem jeffersoniana de uma república democrática embasada na cidadania dos *yeomen farmers* é muito forte e foi em nome deste ideal que se justificou a contínua necessidade de novas terras a serem ocupadas, garantindo o contínuo progresso da nação. A identificação entre o território da América do Norte e os Estados Unidos corresponderia a uma lei da natureza que se expressou na idéia de “destino manifesto”. Esta expressão, cunhada por John O’ Sullivan em 1845, oferece uma inestimável legitimação ao mito do império. Produz uma reconciliação entre democracia e império e justifica a ocupação dos territórios de população não-anglófona (índios e mexicanos). Estes novos espaços seriam ocupados para que o desenvolvimento livre, o governo livre, enfim, a livre empresa pudessem continuar.

A demanda é por terra, já que esta seria o pré-requisito para o governo republicano e para uma economia e uma sociedade baseadas na aquisição individual, na mobilidade geográfica e social e numa estrutura de classe fluida, pouco definida. Estes pressupostos são fundamentais para a política norte-americana.

Enquanto o território nacional se expandia como fruto da ação das lideranças políticas, do governo, construía-se o conceito de fronteira como um processo espontâneo que se iniciara com os pioneiros.

As qualidades épicas da aventura dos pioneiros conferem uma aura de santidade ao processo de expansão territorial e obscurecem a dinâmica da construção de uma nação continental no que esta envolveu de política e ação

governamental. Os pioneiros, como exemplares do “homem comum”, eram a razão, o motivo pelo qual o governo conquistava terras — para obter uma nação melhor e um mundo melhor baseados na liberdade individual, no comércio livre e na coexistência pacífica. Os recursos das novas terras permitiam aos Estados Unidos melhorar suas instituições democráticas e mostrar ao mundo a superioridade do seu modo de vida.

As novas terras, obtidas segundo os diferentes meios acima mencionados, envolveram um processo de ocupação em que se combinaram políticas dos poderes públicos, fatores econômicos e geográficos. A ação do governo federal foi relevante, ainda que limitada pela doutrina do *laissez-faire*, da qual todos partilhavam, e pela ação dos colonos e dos grandes criadores.

Um exemplo de ação governamental pode ser visto na existência de expedições que antecediam e abriam um território à colonização. A expedição de Lewis e Clark (1804-1806) ao território da Louisiana é marco memorável no reconhecimento da bacia do Mississípi, chegando até o Pacífico. Franceses, ingleses e norte-americanos produziram grande quantidade de mapas, até porque isto era fundamental no estabelecimento de fronteiras e nas disputas por territórios. Igualmente relevantes dentro do território norte-americano, os mapas ajudaram a resolver os confrontos e as disputas entre os colonos. As linhas retas que marcam o mapa territorial dos estados americanos são importante indício da ação do governo da União. Mapas topográficos foram fundamentais à Revolução Americana, ajudando o “teatro da guerra”, e, depois da Independência, as antigas colônias mereceram atenção quanto ao território.

A busca de caminhos até o Pacífico, o mapeamento das trilhas, foi questão fundamental durante a primeira metade do século XIX, permitindo o trabalho de uma longa lista de engenheiros militares, pesquisadores e geólogos. A rede de estradas de ferro, em seguida, também demandou novos conhecimentos de topografia, geologia e levantamento de recursos naturais de cada novo território a ser alcançado. Isto facilitaria as possíveis rotas de estradas de ferro do Mississípi até o Pacífico. Diversas agências estaduais de mapeamento precisaram ser coordenadas, até que em 1879 foi criado o U.S. Geological Survey, visando coordenar estes trabalhos (*Dictionary of American History*, v. VII, p. 74).

A expansão territorial e a atuação de agências governamentais na construção do Estado nacional são pouco enfatizadas na bibliografia histórica norte-americana. Um dos livros que tratam do tema da expansão territorial é o de Thomas Hietala sobre o destino manifesto (1985). Este autor se

surpreende com a pouca atenção dispensada à expansão territorial da era jacksoniana, já que os Estados Unidos duplicaram seus domínios em três anos, de 1845 a 1848 (p. 260). A junção de excepcionalismo e império forneceu aos expansionistas poderoso argumento para recusar qualquer direito de outra nação ou povo sobre partes do continente norte-americano. Se o rival era forte, nos diz Hietala, ameaçava a segurança da América e precisava ser removido; se o rival fosse fraco, era a prova da sua inferioridade, o que justificava qualquer ação contra ele. Os expansionistas em geral viam a incorporação dos povos não-brancos ao país como indesejável. O México enfraquecido, as tribos indígenas divididas, o declínio da França e da Espanha como potências colonizadoras, o isolamento geográfico em relação à Europa foram fatores que favoreceram a construção de uma nação continental.

As preocupações quanto à escravidão e o racismo bloquearam a caminhada dos Estados Unidos para o sul, não ocorrendo a anexação das terras mais densamente povoadas do México. O desejo de manter a paz com a Inglaterra impediu a expansão mais para o norte.

A ideologia jeffersoniana, em seu aspecto de agrarismo romântico, foi componente significativo do destino manifesto. De Jefferson a Jackson, as fazendas fizeram nascer tanto cidadãos republicanos quanto milho, algodão e trigo. Campos cultivados produzem cidadãos virtuosos, sintetizam a união entre república e progresso.

O idealismo da expansão para o oeste embutido no conceito de destino manifesto ajudou a reconciliar a ação norte-americana no mundo com uma auto-imagem altamente favorável. O estabelecimento de instituições republicanas, acoplado à existência de oportunidades econômicas advindas da imensa quantidade de terras disponíveis, colocaria a história americana fora do padrão europeu. A América teria conseguido afastar o conflito de classes que a modernidade criou na Europa, teria conseguido escapar da decadência que ameaça as repúblicas. Os americanos, movendo-se para o oeste e dominando a natureza, tornam-se um império da liberdade e da regeneração da virtude. Podem deixar a história para trás e construir seu destino no reino da natureza (Ross, 1984).

A relação entre a história da nação e a identidade nacional tem sido reconhecida. Feitos memoráveis, guerras, pais fundadores, governantes são incorporados a um panteão de glórias cívicas a serem comemoradas². A relação entre a geografia e a identidade nacional, igualmente relevante, tem sido menos lembrada. A geografia apresenta-se sob a forma de conhecimento do mundo natural e, portanto, distante dos objetivos políticos dos povos e seus governantes.

A literatura que trata deste tema (Kirby, 1991; Watts, 1992; Harvey, 1990; Gregory, 1994; Soja, 1989; Gupta e Ferguson, 1992) questionando os conceitos de espaço, cultura, identidade, move-se dentro do campo da pós-modernidade, da pós-nacionalidade. Assim como se fala de *imagined nation*, agora também se fala de *imagined places*.

Diversos fatores estão trazendo a questão do espaço à ordem do dia. As rupturas em nações pós-coloniais, o desmantelamento de Estados nacionais com diferentes culturas autônomas, algumas em territórios não-contíguos, por um lado, e, por outro, a hipermobilidade, o deslocamento, a falta de moradia presentes no capitalismo avançado apresentam desafios à identidade nacional anteriormente baseada no espaço territorial. As leis de mercado estimulam o fluxo de capital sem barreiras, enquanto os serviços (nacionais) de imigração tomam conta do fluxo de pessoas.

Redes sofisticadas de comunicação e informação, indústria cultural, de diversão, de lazer espalham-se pelo mundo ao mesmo tempo em que se desenvolvem novas formas de diferenças culturais. Todos esses fatores parecem indicar que se perderam as raízes territoriais, que está havendo uma “desterritorialização da identidade”. Pergunta-se sobre o sentido de se falar em “terra natal” no final do século XX. O mundo da diáspora, composto de refugiados, imigrantes, pessoas sem lugar, sem Estado, parece ser o quadro deste final de século. Entretanto, isto não está acontecendo da mesma maneira e ao mesmo tempo em todos os lugares. Estes sinais permitem apenas que se tome consciência da importância do espaço como elemento fundamental da construção de identidades nacionais. Esta tendência contemporânea permite apenas que se possa ver mais claramente como “comunidades imaginadas” se relacionaram com “lugares imaginados”.

O processo de globalização deveria permitir novas oportunidades para forjar identidades transnacionais. Entretanto, isto necessariamente não acontece, seja pelo fortalecimento do localismo, seja pela permanência da identidade nacional, não tão enfraquecida como supõem e/ou desejam os analistas da pós-modernidade.

Notas

1. Estudo recém-publicado de Janaína Amado (1995) também aborda comparativamente o Brasil e os Estados Unidos analisando as relações entre historiografia, história e mitologia no tocante à conquista do Oeste.

2. Sobre comemorações e construção da memória nacional nos Estados Unidos, ver resenha de Lucia Lippi Oliveira (1994).

Abstract

This article relates the image of the conquest of the West to the construction of national identity in the United States. The conquest of new territories during the nineteenth century was narrated as a mythical version of the historic process. It presents different lineages of authors who analyse and criticise the theme of the frontier and shows how the frontier, the west or nature are present in the interpretation of the meaning of the creation of national parks in America. Finally, it indicates how geographical space reappears today, at a moment when globalization and uprooting are questioning the natural relationship between nation and territory.

Résumé

L'article établit un rapport entre l'image de la conquête de l'ouest et la construction de l'identité nationale aux Etats-Unis. Le récit de la conquête des nouveaux espaces territoriaux au XIXe siècle propose une version mythique du processus historique. L'article présente aussi les différentes traditions intellectuelles qui ont fait la critique du sujet "frontière", tout en montrant comment la frontière, l'ouest ou la nature sont présents dans l'interprétation du signifié de la création des parcs nationaux en Amérique. À la fin, l'article indique comment l'espace géographique réapparaît aujourd'hui, au moment où la globalisation et le déracinement mettent en cause le rapport naturel entre la nation et le territoire.

Referências bibliográficas

- Amado, Janaína (1995) "Construindo mitos; a conquista do oeste no Brasil e nos EUA", in Sidney Valadares Pimentel e Janaína Amado (orgs.). *Passando dos limites*. Goiânia: UFG.
- Divine, Robert A. et al. (1992) *América, passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica.
- Gregory, Derek (1994) *Geographical Imaginations*. Cambridge, MA/ Oxford, UK: Blackwell.
- Gupta, Akhil & Ferguson, James. (1992) "Beyond Culture: Space, Identity and the Politics of Difference". *Cultural Anthropology* 7:6 , p. 6-23.
- Harvey, David (1990) "Between Space and Time". *Annals of the Association of American Geographers* 80(3) p. 418-34.

- Hietala, Thomas R. (1989) *Manifest Design: Anxious Aggrandizement in Late Jacksonian America*. Cornell University Press.
- Kirby, Andrew (1991) "The Great Desert of the American Mind: concepts of space and time and their historiographic implications", in Brown, Jo Anne & Van Keuren, David (eds.), *The State of Social Knowledge*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Lacapra, Dominick (1983) *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Languages*. Ithaca, New York.
- Lepenes, Wolf. (1988) *Between Literature and Science: The Rise of Sociology*. Cambridge University Press.
- Limerick, Patricia (1987) *The Legacy of Conquest: The Unbroken Past of the American West*. New York: Norton.
- Malone, Michael P. (1989) "Beyond the Last Frontier: Toward a New Approach to Western American History". *Western Historical Quarterly* n.º 20 (4), p. 409-27.
- Meining, D. W. (1993) *The Shaping of America*. Vol. 2. *Continental America, 1800-1867*. Yale University Press.
- Miller, Perry (1955) "The Romantic Dilemma of American Nationalism and the Concept of Nature". *Harvard Theological Review*, n.º 48, p. 239-53.
- Nash, Roderick (1970) "The American Invention of National Parks". *American Quarterly* n.º 22 (Fall), p. 726-35.
- Oliveira, Lucia Lippi (1994) "América hoje: comemorando o quê?". *Estudos Históricos*, Vol. 7, n.º 14, p. 291-304.
- _____ (1995) "Turner e a fronteira" (mimeo).
- Ross, Dorothy (1984) "Historical Consciousness in Nineteenth-Century America". *American Historical Review*, n.º 89, out. p. 909-22.
- Soja, Edward. (1989) *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London: Verso Press.
- Tenorio, Mauricio (s/d) *Frontier in the making: la escritura de la Historia en los Estados Unidos*, mimeo.
- Trachtenberg, Alan (1994) *The Incorporation of America: Culture and Society in the Gilded Age*. 12 ed., Harper Collins.
- Turner, Frederick Jackson. (1993) *History, Frontier, and Section*. (Introduction by Martin Ridge.) Albuquerque: University of New México Press.
- Watts, Michael. (1992) "Space for Everything (a commentary)". *Cultural Anthropology*, Vol. 7, n.º 1, fev. p. 115-29.
- Worster, Donald (1987) "New West, True West: Interpreting the Regions's History". *Western Historical Quarterly*, 18: 2, p. 141-56.